

ENCONTRO INTERNACIONAL

ARQUI MEMÓRIA 5

SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

Salvador · Bahia · Brasil, de 27/11 à 01/12 de 2017

ENTRE A MEMÓRIA E A AMNÉSIA: A NOVA ARQUITETURA E A DIMENSÃO TECTÔNICA COMO PROTAGONISTAS NO PROJETO DE INTERVENÇÃO NO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO - O PAPEL DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

ENTRE LA MEMORIA Y LA AMNESIA: LA NUEVA ARQUITECTURA Y LA DIMENSIÓN TECTÓNICA COMO PROTAGONISTAS EN EL PROYECTO DE INTERVENCIÓN EN EL PATRIMONIO CULTURAL EDIFICADO - EL PAPEL DE LA FORMACIÓN PROFESIONAL

BETWEEN MEMORY AND AMNESIA: THE NEW ARCHITECTURE AND THE TECTONIC DIMENSION AS PROTAGONISTS IN THE INTERVENTION PROJECT IN THE CULTURAL BUILT HERITAGE - THE ROLE OF PROFESSIONAL QUALIFICATION

Eixo Temático: Projeto e tecnologia: formação e prática

Maísa Fernandes Dutra Veloso

Doutora, Professora Titular do DARQ/UFRN, PPAPMA/UFRN, PPGAU/UFRN
maisaveloso@gmail.com

Heitor de Andrade Silva

Doutor, Professor Adjunto do DARQ/UFRN, PPAPMA/UFRN, PPGAU/UFRN, PpgDesign/UFCG
heitor.2025@gmail.com

Resumo:

Neste artigo, refletimos sobre o papel do novo e da dimensão tectônica na preservação do patrimônio cultural edificado. Para tanto, abordamos, inicialmente, os conceitos de patrimônio cultural ampliado e de áreas consolidadas de patrimônio cultural; em seguida, as teorias do restauro e as teorias da arquitetura contemporânea, considerando a arquitetura (de qualidade) como protagonista na intervenção para fins de preservação e valorização do patrimônio edificado; e, por fim, o papel da formação do arquiteto para atuação qualificada nesse campo o que inclui, além de consistência teórico-conceitual, a consideração da dimensão tectônica no projeto de intervenção. Destacamos, ainda, o desafio do ensino no atual contexto de uma “cultura do novo”, que incorpore o protagonismo arquitetônico na conservação do patrimônio cultural, hoje contemporâneo, amanhã referência de um tempo e lugar. A discussão baseia-se na revisão de literatura que consideramos pertinente a esse tema e na nossa experiência de ensino e pesquisa nesse campo ao longo das duas últimas décadas. Concluímos que, em sendo a formação superior generalista, a graduação em arquitetura no Brasil não forma especialistas em restauro, muito menos com conhecimento técnico qualificado. Assim sendo, a inserção de novas arquiteturas, que assumem a sua contemporaneidade e tectonicidade, pode contribuir para a preservação do preexistente, quando integradas ao seu contexto. Esta é uma prática que deve ser, portanto, exercitada na formação profissional, fomentando práticas de construção de cidades que expressem o diálogo do novo com o antigo.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; Preservação arquitetônica; Tectônica; Formação profissional.

ENCONTRO INTERNACIONAL

ARQUI MEMÓRIA 5

SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

Salvador · Bahia · Brasil, de 27/11 à 01/12 de 2017

Resumen:

En este artículo, reflexionamos sobre el papel del nuevo y de la dimensión tectónica en la preservación del patrimonio cultural edilicio. Para ello, abordamos, inicialmente, los conceptos de patrimonio cultural ampliado y de áreas consolidadas de patrimonio cultural; a continuación, las teorías de la restauración y las teorías de la arquitectura contemporánea, considerando la arquitectura (de calidad) como protagonista en la intervención para fines de preservación y valorización del patrimonio edificado; y, por fin, el papel de la formación del arquitecto para actuación calificada en ese campo lo que incluye, además de consistencia teórico-conceptual, la consideración de la dimensión tectónica en el proyecto de intervención. Destacamos, además, el desafío de la enseñanza en el actual contexto de una "cultura del nuevo", que incorpore el protagonismo arquitectónico en la conservación del patrimonio cultural, hoy contemporáneo, mañana referencia de un tiempo y lugar. La discusión se basa en la revisión de literatura que consideramos pertinente a ese tema y en nuestra experiencia de enseñanza e investigación en ese campo a lo largo de las dos últimas décadas. Concluimos que, siendo la formación superior generalista, la graduación en arquitectura en Brasil no forma especialistas en restauración, mucho menos con conocimiento técnico cualificado. Así, la inserción de nuevas arquitecturas, que asumen su contemporaneidad y tectónica, puede contribuir a la preservación de lo preexistente, cuando se integran a su contexto. Esta es una práctica que debe ser, por lo tanto, ejercitada en la formación profesional, fomentando prácticas de construcción de ciudades que expresen el diálogo de lo nuevo con lo antiguo.

Palabras-clave: Patrimonio cultural; Preservación arquitectónica; Tectónica; Formación profesional.

Abstract:

In this article, we reflect on the role of the new architecture and the tectonic dimension in the preservation of the cultural heritage. To do so, we initially approach the concepts of expanded cultural heritage and consolidated areas of cultural heritage; then, the theories of restoration and theories of contemporary architecture, considering architecture (of quality) as protagonist in the intervention for purposes of preservation and valorization of the built heritage; and, finally, the role of the architect's education for qualified performance in this field, which includes, in addition to theoretical-conceptual consistency, the consideration of the tectonic dimension in the intervention project. We also highlight the challenge of teaching in the current context of a "new culture", which incorporates the architectural protagonism in the conservation of cultural heritage, today contemporary, tomorrow reference of a time and place. The discussion is based on the literature review that we consider pertinent to this theme and on our teaching and research experience in this field over the last two decades. We conclude that in the case of general higher education, the degree in architecture in Brazil does not form specialists in restoration, much less with specialized technical knowledge. Thus, the insertion of new architectures, which assume its contemporaneity and tectonicity, can contribute to the preservation of the preexisting, when integrated to its context. This is a practice that must therefore be exercised in professional training, fostering practices of construction of cities that express the dialogue of the new with the old.

Keywords: Cultural heritage; Architectural preservation; Tectonics; Professional qualification.

ENTRE A MEMÓRIA E A AMNÉSIA: A NOVA ARQUITETURA E A DIMENSÃO TECTÔNICA COMO PROTAGONISTAS NO PROJETO DE INTERVENÇÃO NO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO - O PAPEL DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

INTRODUÇÃO

Considerando o tema central do ArquiMemória 5 - “O global, o nacional e o local na preservação do patrimônio” - e a necessária discussão em torno de como a formação profissional vem reagindo ao processo de globalização e aos desafios por ele impostos no campo da conservação e da restauração do patrimônio edificado na graduação em arquitetura, principalmente do ponto de vista da relação entre projeto e tecnologia, neste artigo, fazemos uma reflexão sobre o papel do novo e da dimensão tectônica na preservação do patrimônio cultural edificado. A questão principal que se coloca é: Estamos formando profissionais qualificados para atuação no campo da preservação, com domínio teórico e técnico necessário, em especial no que concerne a dimensão tectônica da intervenção projetual? Para tanto, abordamos, inicialmente, os conceitos de patrimônio cultural ampliado e de áreas consolidadas de patrimônio cultural; as teorias do restauro e as teorias da arquitetura contemporânea, considerando a arquitetura (de qualidade) como protagonista na intervenção para fins de preservação e valorização do patrimônio edificado; e o papel da formação do arquiteto para atuação qualificada nesse campo o que inclui, além da consistência teórica-conceitual, a consideração da dimensão tectônica no projeto de intervenção. Por fim, destacamos o desafio do ensino no atual contexto de uma “cultura do novo”, que incorpore o protagonismo arquitetônico na conservação do patrimônio cultural, hoje contemporâneo, amanhã referência de um tempo e lugar. Nesse sentido, podemos levantar alguns elementos de discussão, em especial quanto ao distanciamento entre teoria e prática; entre tecnologias da construção e projeto, e ao paradoxo memória/amnésia inerente às atitudes preservacionistas. A discussão proposta baseia-se em revisão de literatura que julgamos pertinente a essas temáticas (como CHOAY, 2001; FRAMPTON, 2006; RUBIÓ, 2006), de uma série de pesquisas, teses e dissertações que tratam da relação entre o projeto e os conteúdos tecnológicos (como por exemplo, MEDEIROS, 2017; BALBI, 2017; RESENDE, 2016)¹ e o ensino do projeto de intervenções no campo do patrimônio em nível de graduação (SILVA, 2012; OLÍMPIO, 2017)², assim como na nossa própria experiência de ensino e investigação nessa área.

CONCEITUAÇÕES SOBRE O PATRIMÔNIO E AS ÁREAS CONSOLIDADAS DE PATRIMÔNIO CULTURAL

Os conceitos de patrimônio cultural ampliado e de áreas consolidadas de patrimônio cultural (ACPC) remetem a uma questão essencial ligada às noções de cultura e de patrimônio. A cultura

¹ Teses de doutorado e dissertação de mestrado desenvolvidas no PPGAU/UFRN, tratando, respectivamente, da inserção dos conteúdos de tecnologia da construção (Renato Medeiros), da dimensão tectônica (Rafaela Balbi) e, mais especificamente, da estrutura (Camila Resende) em projetos arquitetônicos de alunos de graduação em Arquitetura e Urbanismo, em diversas instituições de ensino superior (IES) brasileiras e uma estrangeira.

² Teses de doutorado também desenvolvidas no PPGAU/UFRN, por Heitor Silva e Monique Olímpio, sobre o ensino/aprendizado da intervenção no patrimônio cultural edificado em IES brasileiras e estrangeiras.

ENCONTRO INTERNACIONAL

ARQUI MEMÓRIA 5

SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

Salvador · Bahia · Brasil, de 27/11 à 01/12 de 2017

pode ser compreendida como a expressão de “escolhas sociais”, as quais diferenciam as populações que respondem de maneira particular, quando colocadas diante dos mesmos problemas. Nesse sentido, parece uma contradição nos referirmos a um patrimônio cultural mundial. Mesmo assim, em contexto nacional, ainda prevalece na formação de arquitetos e urbanistas, bem como na atuação de instituições públicas responsáveis pela salvaguarda dos nossos bens de valor cultural, a ideia de preservação de um “patrimônio cultural edificado” correspondente a uma herança da arquitetura barroca, ou mesmo modernista, expressões de uma arquitetura europeia no Brasil, em detrimento de uma série de possíveis outras expressões do espaço construído nacional.

Noções de patrimônio edificado, histórico e cultural

Para o entendimento dos conceitos atualmente vigentes nesse campo, é necessário inicialmente fazer uma breve síntese de sua evolução histórica, considerando que a expressão patrimônio assume diferentes nomenclaturas, noções e significados ao longo do tempo, expandindo-se conceitualmente com base na cronologia, tipologia e situação geográfica. A discussão poderia remontar ao século XIV, quando se constatam evidências de proteção dos monumentos e ruínas da Roma Antiga, já considerados um patrimônio comum da Europa Ocidental, contra as destruições voluntárias. Ou no século XVIII, quando efetivamente, surgem medidas de consolidação assumidas pelos governos pontificais. Ou, ainda, no início do século XIX, quando o debate começa a se consolidar com as concepções e os trabalhos de Ruskin e Viollet-le-Duc. Desde o final do século XIX até os dias de hoje, a indústria da preservação e da restauração assume um novo papel, como veremos a seguir. Interessa-nos, aqui, destacar o caráter tipológico da noção de patrimônio, que parte do edifício “excepcional”, de valor artístico, e chega ao conjunto edificado de valor arquitetônico, social e cultural, noções que remetem a um conceito de patrimônio cultural ampliado e fundamentam o que entendemos como áreas consolidadas de patrimônio cultural.

Nesse contexto mais recente, Aloïs Riegl (1984)³ propõe uma interpretação relativista da restauração, fundamentada nas suas análises de valores contraditórios intrínsecos a todo monumento. Ele demonstrou que, em matéria de restauração, não podem existir regras científicas absolutas; cada caso se inscreve em uma dialética particular dos valores em jogo. A reflexão de Riegl foi desenvolvida e integrada, notadamente na legislação italiana, depois dos trabalhos de Boittoni e Giovannoni. Para Choay (2009), nesse contexto, independente das diferenças nacionais, a noção de monumento histórico se apresenta, ainda, fortemente associada aos valores históricos e estéticos originalmente atribuídos às antiguidades. Esses bens e as práticas a eles associadas, desde a sua instauração no século XIX, revelam uma identidade étnica e própria de uma cultura europeia.

A identidade europeia do patrimônio referida é confirmada em dois eventos simbólicos no século XX: a Conferência Internacional sobre a Conservação Artística e Histórica dos Monumentos (Atenas, 1931) e a Conferência Internacional dos Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos (Veneza, 1964, por iniciativa da Unesco). No século XX, sobretudo a partir da 2ª Grande Guerra, tem início um momento de ampliação efetiva da noção de patrimônio, conforme observa Castriota (2007, p.16):

³ Riegl (1984), na publicação original “*Moderne Denkmalkultur: sein Wesen und seine Entstehung*”, em 1903, é quem primeiro distingue as noções de monumento (sem adjetivo) e monumento histórico.

ENCONTRO INTERNACIONAL

ARQUI MEMÓRIA 5

SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

Salvador · Bahia · Brasil, de 27/11 à 01/12 de 2017

Desde o final da 2ª Guerra, [...] o próprio conceito de patrimônio passa por importantes mudanças, vindo a sofrer uma ampliação que muda a natureza do seu campo. No que se refere especificamente ao patrimônio arquitetônico, a sua concepção inicial, muito presa ainda à ideia tradicional de monumento histórico único, vai sendo ampliada: tanto o conceito de arquitetura, quanto o próprio campo de estilos e espécies de edifícios considerados dignos de preservação expandem-se paulatinamente. Assim, ao longo do século XX, vão penetrando no campo do patrimônio conjuntos arquitetônicos inteiros, a arquitetura rural, a arquitetura vernacular, bem como passam a se considerar também etapas anteriormente desprezadas (o ecletismo, o *Art Nouveau*), e mesmo a produção contemporânea. Aqui, aos critérios estilísticos e históricos vão se juntando outros, como a preocupação com o entorno, a ambiência e o significado.

Conforme Choay (2009), desde meados da década de 1960 em contexto ocidental (mais precisamente em continente europeu), com base em uma proteção efetiva das “antiguidades” podemos perceber um novo *status* do patrimônio, marcado por uma criação lexical: “*monument historique*” para a França e “*heritage*” para a Grã-Bretanha. No contexto da França e da Inglaterra, os dois termos são conotados; o primeiro, pela noção de passado e devido a um valor axiológico; o segundo, por uma dimensão predominantemente econômica, embora compreendamos o patrimônio como uma expressão física de um sentido imaterial, ligado ao campo teórico. De acordo com a autora, a expressão patrimônio histórico passa a ser correntemente usada na referida década. Nesse contexto, vários documentos são elaborados e são realizados congressos, promovendo-se a sistematização e a ampliação das noções do patrimônio relacionadas, sobretudo, às questões socioculturais e econômicas – Normas de Quito (1965), Congresso de Amsterdã (1975), Carta de Burra (1979), Carta de Florença (1981), Carta de Washington (1987), Documento de Nara (1994) etc. (GERMANN, 2009).

Em síntese, os grandes contributos dos princípios ditos “mundiais”, que em geral se referem ao contexto ocidental, da conservação do patrimônio edilício construídos com os congressos de 1889, 1931 e 1964, de onde nasce o ICOMOS, podem ser resumidos em três aspectos: a assistência prestada às nações em casos de guerras e catástrofes; a consideração de conjuntos edificados, inclusive, com características modestas; e o respeito à diversidade cultural e patrimonial, considerando, também, o caráter imaterial do patrimônio. Esse conjunto de novos princípios vai subsidiar ações jurisdicionais, contribuindo, por exemplo, para a seleção do acervo a ser tombado, e disciplinar, incluindo variáveis importantes no restauro de edifícios antigos e outros tipos de intervenção, como revitalização e outros conceitos a serem desenvolvidos.

Castriota (2007), em relação ao contexto brasileiro, sistematiza a ampliação da noção de patrimônio, a partir das últimas décadas do século XX, tendo por base três diferentes contextos, identificados pelas seguintes terminologias tradicionais: a preservação, a conservação e a revitalização. Para tanto, observa cinco eixos de análise, quais sejam: a concepção do patrimônio, o tipo do objeto, o marco legal, as ações (atores), e os profissionais envolvidos. A preservação associa o patrimônio à noção de coleção de objetos, à excepcionalidade, ao valor histórico e estético, e à cultura erudita dos bens. Consiste em edifícios, estruturas e artefatos individuais, e tem o tombamento como marco legal. O Estado, os arquitetos e os historiadores são os atores e profissionais, assim como a reação a casos excepcionais constituem as ações características. No que se refere a conservação e a revitalização, a concepção de patrimônio é ampliada para a noção de patrimônio ambiental urbano e as noções de patrimônio agregam os valores cultural e ambiental. Passam a considerar os grupos de edificações históricas, a paisagem urbana e os

ENCONTRO INTERNACIONAL

ARQUI MEMÓRIA 5

SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

Salvador · Bahia · Brasil, de 27/11 à 01/12 de 2017

espaços públicos, e não, apenas, o edifício isolado como no contexto da preservação. Para conservação, os marcos legais passam a considerar as “áreas de conservação”. O ator principal é o Estado e as ações se voltam para o planejamento urbano. Para a revitalização, os marcos legais referem-se aos novos instrumentos urbanísticos (como operações urbanas). A sociedade representada, principalmente, através da iniciativa privada, constitui o principal ator. E as parcerias assumem papel decisivo no processo. Os arquitetos, historiadores e planejadores urbanos são os principais profissionais envolvidos nesses dois contextos. (CASTRIOTA, 2007).

Para o autor, dos três modelos tradicionalmente referidos, no Brasil, tem predominado a perspectiva da preservação. Retomando algumas ideias já mencionadas e presentes no contexto predominante no país, Carsalade (2010, p.80) observa, com relação à preservação de bens imóveis, que “a ideia de ‘excepcionalidade’ conduz à individualização e à segregação com relação ao entorno, desprezando-se a vida real existente”. Para o mesmo autor, a amostra da referida “excepcionalidade”, privilegiava momentos históricos em que supostamente havia se chegado a uma excelência estilística – como a manifestação barroca do período colonial – em detrimento de outros períodos – como o início do século XX, marcado pelo ecletismo e pelo moderno. Desse modo, a concepção de patrimônio cultural apresenta-se centrada na história e na arte, considerando muito pouco do aspecto cultural.

Essas atitudes se deviam, também, ao curto entendimento de história e arte e ao próprio conceito de cultura, ligado apenas a essas duas dimensões e restrito ao lazer e à curiosidade. (CARSALADE, 2010). Choay (2009) atenta para o sentido, usualmente equivocado, da expressão “bem cultural”, que, mais tarde, resultará em patrimônio cultural, adotada no início da década de 1960, na França, por André Malraux, quando este assume o ministério do Estado e reduz o sentido de cultura a um privilégio de classe, essencialmente, ligada ao lazer. De certo modo, uma ideia restritiva, portanto, um paradoxo se considerado o sentido, crescentemente, ampliado que o patrimônio cultural vem assumindo ao longo do tempo.

Castriota (2007) chama atenção para uma “narrativa ortodoxa” da história, no Brasil, que relaciona a tradição barroca colonial e a arquitetura moderna.

Segundo esse ponto de vista, a arquitetura efetivamente brasileira teria começado no ciclo mineiro, no século XVIII, sendo as obras anteriormente realizadas interpretadas como uma transplantação direta para o país da arquitetura de Portugal - uma espécie de ‘pré-história’ da verdadeira arquitetura brasileira. Corolário de tal tese, teríamos o mito de que somente a arquitetura barroca - além da modernista, naturalmente - tinha dignidade, sendo o século e meio entre os dois períodos considerados totalmente estéreis e dignos de esquecimento (CASTRIOTA, 2007, p.14-15).

Tanto Castriota como Carsalade consideram que, no Brasil, a arquitetura barroca é a mais protegida e alvo de atenções. O primeiro, embora também admita que os conjuntos e exemplares mais recentes (ecleticos e modernos) do patrimônio cultural edilício, ainda precisem ser assimilados por muitas legislações locais e gestores públicos, identifica uma certa “preferência”, na produção científica nacional, pelo patrimônio modernista. Naturalmente, como já dito, centra-se nos aspectos físicos e materiais do patrimônio cultural, sendo as ações de salvaguarda, ainda, predominantemente, para “os grandes ícones da arquitetura brasileira”, em detrimentos de conjuntos ecléticos.

ENCONTRO INTERNACIONAL

ARQUI MEMÓRIA 5

SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

Salvador · Bahia · Brasil, de 27/11 à 01/12 de 2017

“A noção de ‘patrimônio cultural’ é, de fato, ampliada pela contribuição da Antropologia, que nele integra as manifestações populares e a moderna cultura de massa, deixando de se relacionar exclusivamente à chamada cultura erudita” (CASTRIOTA, 2007, p.16-17). Na Conservação para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972), elaborada pela UNESCO, atribui-se um valor universal à expressão “patrimônio cultural”. Essa consagração lexical planetária marca, simbolicamente, uma nova revolução cultural: o novo traje do patrimônio histórico e todo guarda-roupa patrimonial escondendo agora um grande vazio, uma dupla ausência, do monumento memorial e do monumento histórico. (CHOAY, 2009).

Diante desse conjunto de aspectos, a noção atual de patrimônio material

é o resultado da superposição das inúmeras gerações que vivem nas cidades e que a apropriação desse patrimônio se faz de várias maneiras, quer do ponto de vista de uso, quer do ponto de vista simbólico, os quais também se influenciam mutuamente, favorecendo certos destinos em detrimento de outros. (CARSALADE, 2010, p.82).

Desse modo, além da preservação física dos edifícios ou meio físico construído, parece consenso que, hoje, os espaços edilícios, que compõem o patrimônio cultural das cidades, abriguem novos usos. Ou seja, os espaços físicos preservados, enquanto partes da cidade habitada, precisam ser compatibilizados com as atuais demandas socioculturais dos habitantes, bem como funcionais e econômicas dos sítios e não tratados como peças de museu.

Portanto, devemos enfatizar – nessas primeiras reflexões acerca da noção de patrimônio edilício, histórico e cultural – a existência de um acervo a ser considerado, preservado e habilitado para permanecer necessário diante das dinâmicas socioculturais vigentes, que, definitivamente, não se resume a uma lista de bens instituídos. Naturalmente, qualquer reconhecimento de existência passa pela própria capacidade societária de enfrentamento do problema, que é extremamente abrangente. No sentido de avançarmos um pouco mais na vertente imaterial que nos ajuda a entender as demarcações físicas dos bens patrimoniais, discorreremos sobre um outro aspecto importante do debate: as noções de valor do patrimônio edilício.

Os valores que podem ser identificados no patrimônio edilício remetem às dimensões arquitetônica, artística, econômica, cultural e patrimonial (material). Enquanto o valor cultural tem um significado muito mais amplo e difuso, visto que se refere às identidades culturais, presentes no patrimônio edilício dos sítios históricos; o valor patrimonial é o componente material representativo de determinado valor cultural, ao passo que representa evidências do passado, sendo, também, resultado da institucionalização de determinado valor cultural. No que se refere aos valores artísticos do patrimônio, Dvořák (2008) enfatiza a relevância dos monumentos das artes antigas, enquanto fonte de trabalho da história da arte. Com respeito ao aspecto econômico da valoração de bens de interesse patrimonial, podem ser identificadas várias correntes, das quais podemos mencionar o “restauro crítico”, que separa os valores simbólicos e econômico do bem cultural, permitindo um planejamento e uma gestão da preservação do patrimônio de acordo com os objetivos de cada ação.

Podemos constatar que as noções de valor do patrimônio edificado baseiam-se nas conotações mais essenciais a ele atribuídas, que estão presentes, por exemplo, no seu caráter simbólico e de memória. São, desse modo, em geral, fundamentados nos sentidos artísticos e históricos os

ENCONTRO INTERNACIONAL

ARQUI MEMÓRIA 5

SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

Salvador · Bahia · Brasil, de 27/11 à 01/12 de 2017

grandes argumentos para as atribuições de valor econômico do patrimônio. Todavia, no Brasil, esse patrimônio é “protegido”, como observado, por legislações e mecanismos legais (como o tombamento), revelando um paradoxo: por um lado, as tendências conservadoras comumente adotadas, que tendem a manter hábitos inalterados, muitas vezes, atribuindo-lhes legitimidade de ordem sobrenatural; e, por outro, as tendências contemporâneas mais ou menos inovadoras, correspondentes ao caráter dinâmico da cultura, que admite mudanças e rearranjos e contestam a sua permanência, pretendem substituí-los por novos procedimentos. Isso se torna claro no processo permanente de seleção daquilo que se deve manter e o que se pode substituir sem prejuízos para a sociedade.

Em uma perspectiva urbana, o zoneamento funcional, em geral, em áreas centrais, quando não estritamente o núcleo de origem das cidades, e em áreas históricas, definidas em função de tipologias estilísticas encontradas na morfologia do lugar, é o principal recurso adotado para proteção do patrimônio cultural edificado. Entretanto, Panerai (2006) observa que existe hoje um desejo de preservação e intervenção de bairros inteiros em uma perspectiva de reconstrução da história das cidades, como uma reação ao urbanismo funcionalista da tábula rasa ou ao mimetismo simplório das tendências contemporâneas, que demanda um olhar mais amplo sobre a cidade. Essa noção sugere, também, a necessidade de uma postura mais propositiva no que se refere às estratégias de preservação e de um conceito mais abrangente no que diz respeito às áreas urbanas a serem preservadas, reconhecendo e constituindo valores.

Nesse sentido, retomamos aqui a definição de área consolidada de patrimônio cultural (ACPC) (SILVA, 2012), como parte de uma noção ampliada de patrimônio edificado, que inclui desde o monumento histórico singular até os conjuntos arquitetônicos ecléticos e a produção contemporânea, e que considera também o caráter sociocultural do acervo patrimonial, assim como os entornos e as suas ambiências. O conceito inclui, assim, diversos tipos espaciais e edifícios como o embrião da cidade, os centros tradicionais, as zonas industriais e as áreas portuárias, em atividade ou sofrendo com a obsolescência de suas estruturas. Leva em consideração a noção de que patrimônio cultural, enquanto artefato intencional – que não é criado para fins memoriais, mas escolhido em razão de seu valor para a história e para as artes, o que inclui as obras modestas e as manifestações populares –, assim como a moderna cultura de massa. Também reconhecemos a noção de “diversidade cultural” e, portanto, a “diversidade do patrimônio”. Interessa-nos uma espécie de área-estudo ampliada, como definida por Aldo Rossi, que extrapole as áreas especiais e instrumentos instituídos nas legislações urbanísticas das cidades e reconheça uma série de novos elementos constitutivos dos valores patrimoniais, culturais, históricos, artísticos e sociais.

ARQUITETURA CONTEMPORÂNEA, TECTÔNICA E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

O segundo aspecto focado nesse artigo é o papel da arquitetura contemporânea e da dimensão tectônica nas intervenções projetuais para fins de restauro e/ou preservação do patrimônio cultural edificado, como aqui definido. Nesse sentido, faremos uma breve discussão das teorias e conceitos relativos a esses temas na atualidade, procurando estabelecer um possível diálogo entre eles, em especial entre as teorias do restauro e algumas das teorias e conceitos da arquitetura contemporânea, ou aquilo a que Nesbitt (2006) chamou de “temas arquitetônicos pós-

ENCONTRO INTERNACIONAL

ARQUI MEMÓRIA 5

SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

Salvador · Bahia · Brasil, de 27/11 à 01/12 de 2017

modernos”, como o tipo e a tectônica, relacionados ao *sentido* na arquitetura. A nosso ver, essas abordagens e conceitos vão ao encontro tanto de um restauro crítico como da inserção de novas arquiteturas em áreas consolidadas de valor patrimonial, como veremos a seguir.

Ao final da retomada do Seminário ArquiMemória, em 2008, os participantes destacaram alguns pontos a serem lembrados às autoridades atuantes no campo da preservação patrimonial, o que foi sintetizado por Paulo Ormino de Azevedo e Nivaldo de Andrade Júnior no prefácio do livro publicado três anos depois, intitulado *Reconceituações contemporâneas do patrimônio*. Destacamos aqui alguns deles:

- o conceito atual de patrimônio cultural, que inclui tanto as manifestações materiais quanto imateriais, antigas e novas, de forma integrada, não pode excluir qualquer período, incluindo o contemporâneo; [...].
- a diversidade, mais do que a unidade, é um dos valores do patrimônio cultural e como tal deve ser preservada; [...].
- na restauração do patrimônio edificado devem, sempre que possível, ser utilizadas as tecnologias construtivas tradicionais.
(AZEVEDO; ANDRADE JUNIOR, 2011, p.10-11).

O que indicam essas recomendações?

Em primeiro lugar, elas reforçam os conceitos discutidos no item anterior, quanto a uma noção ampliada de patrimônio cultural que acrescenta aos bens materiais os bens intangíveis, frutos do saber e saber fazer, que devem ser considerados de forma integrada, respeitando a dinâmica temporal e a diversidade das manifestações culturais. Nesse sentido, os produtos da cultura contemporânea podem vir também a serem considerados patrimônio e como tais eles devem ser preservados naquilo que apresentam de valor representativo para determinados grupos ou sociedades, ou pela sua *significância* no dizer de Pereira (2011). Além disso, como foi visto, a escala de valores se amplia. O foco da preservação não mais se restringe ao que tem valor histórico e artístico passando a englobar outras dimensões como a social, a simbólica e a afetiva. Por fim, indica que a restauração de edifícios não deve mais necessariamente ser pautada no princípio da distinguibilidade ou contraste das intervenções novas em relação às preexistentes em especial no que diz respeito às tecnologias construtivas utilizadas. Essa última recomendação parece pautar-se no reconhecimento da dimensão tectônica intrínseca ao edifício objeto da restauração, ou seja, da expressão artística de sua materialidade, como testemunho de materiais e técnicas tradicionais de uma determinada época e/ou cultura, indissociáveis da unidade formal e estética do edifício.

Em seu texto sobre *La restauración después de Cesari Brandi*, María Margarita Lagunes afirma que

La salvaguardia del patrimonio técnico tradicional en las operaciones de restauración se plantea por lo tanto como una forma de reacción contra los fenómenos globales que tienden a uniformar y a banalizar las diversidades identitarias de cada lugar y de cada nación, cancelando os valores de autenticidad (LAGUNES, 2011, p.37).

Assim, para além da importância do conhecimento e do registro dos materiais e técnicas tradicionais, consideramos ser imprescindível a consideração da dimensão tectônica nas tomadas

ENCONTRO INTERNACIONAL

ARQUI MEMÓRIA 5

SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

Salvador · Bahia · Brasil, de 27/11 à 01/12 de 2017

de decisões dos projetos de intervenção nos edifícios de valor patrimonial. Mas o que isso significa?

A discussão sobre a tectônica no campo da arquitetura foi ressuscitada principalmente por Kenneth Frampton a partir dos anos 1980. Em um artigo clássico sobre o tema, escrito em 1990, e que hoje integra a coletânea organizada por Nesbitt (2006), Frampton depõe a favor da tectônica, expressão cunhada inicialmente por Bötticher e Semper, no século XIX e que, segundo ele, “indica não só a probidade material e estrutural de uma obra, mas também uma poética do construir subjacente à prática da arquitetura e das artes afins” (FRAMPTON, 2016, p.560). No mesmo capítulo sobre a Tectônica da coletânea de Nesbitt, Vittorio Gregotti discorre sobre o fundamental “exercício do detalhe”. Para ele, a essência da arquitetura, diferentemente da construção, está no detalhe. “O detalhamento revela as propriedades dos materiais pela aplicação das leis da construção e torna inteligíveis as decisões do projeto” (2006, p.535).

Esse pensamento alinha-se também com o de Anette LeCuyer (2002) quando afirma que o atual interesse pela tectônica indica que a elaboração do artefato físico é algo *radical*, significando algo que se situa, hoje, no centro do discurso arquitetônico e está enraizado no ofício, na cultura e no contexto. “*De este modo, el arte de la construcción se revela una vez más como un lenguaje de gran riqueza expresiva a través de cual la experiencia y el significado se comunican*” (LE CUYER, 2002, p.16). O enraizamento ou assentamento da construção no seu contexto físico é também enfocado por Frampton (2006) e Gregotti (2006).

Outro conceito relacionado à dimensão poética da construção é o de *junção*, que na raiz indo-europeia é o significado da palavra arte. Como destaca Frascari, a Arquitetura é a arte de juntar espaços e materiais de uma maneira significativa, o que pode se dar por meio de junções formais ou reais. “É na junção, isto é, no detalhe fértil, que têm lugar tanto a construção material [*constructing*] como a construção do significado [*construing*]” (FRASCARI, 2006, p.552). Nessa ótica, construção física e significado são então fortemente imbricadas pela junção dos detalhes.

Assim sendo, intervir em edifícios e áreas de valor patrimonial requer, além da consideração de questões relacionadas aos usos e funções e aos condicionantes de natureza diversa (climáticos, legais/normativos, dentre outros), conhecimentos teóricos e técnicos para entendimento analítico e para intervenção qualificada na preexistência edificada, sem comprometer questões essenciais à preservação de sua arquitetura e do contexto em que insere. A consideração da tectônica dos edifícios (antigos e novos), seja para fins analíticos ou projetivos, pressupõe reconhecer a indissociabilidade da materialidade da construção de sua expressão artística (*poesis*) e de sua inserção no lugar.

A questão aqui se coloca é: estão os arquitetos urbanistas sendo formados com as habilidades e competências necessárias para atuar adequadamente nesse campo? E como se dá essa questão da relação entre o antigo e o novo, entre projeto e tecnologia na formação nos dias atuais?

A inserção de novas arquiteturas

Consideramos que a nova arquitetura é protagonista no processo de preservação e valorização de áreas e edifícios de valor patrimonial. Essa assertiva tem como base dois argumentos: o primeiro diz respeito ao paradoxo memória/amnésia, inerente a toda ação preservacionista, tal como argumentado por autores como Tafuri e Marques. Esta última afirma que “todo projeto de resgate

ENCONTRO INTERNACIONAL

ARQUI MEMÓRIA 5

SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

Salvador · Bahia · Brasil, de 27/11 à 01/12 de 2017

da memória traz embutida a sua contrapartida: ele é ao mesmo tempo um projeto de amnésia. Seleciona-se o que se quer lembrar e deixa-se cair o que se quer esquecer [...]”. (MARQUES, 1993, p.16). A amnésia, ou esquecimento, assume, então, uma função tão estruturante quanto o da memória para a sobrevivência dos indivíduos assim como de suas cidades e edifícios. Preservar é sempre um ato seletivo, escolhe-se o que deve ficar e o que deve desaparecer para dar lugar ao novo, a marca do presente. Assim, é preciso entender o novo como algo não só necessário como inerente ao processo de preservação. E é nesse sentido que consideramos que deve ser considerada a inserção de novas arquiteturas em contextos de preexistências históricas e/ou de valor patrimonial. Mas é preciso que essas arquiteturas tenham a qualidade suficiente para constituírem o patrimônio do futuro. E o que é arquitetura de qualidade? A nosso ver, aquela que considere, além de questões de usos e forma, a dimensão tectônica (expressão artística da materialidade da construção) e o lugar (meio físico e sociocultural) na concepção e execução do objeto arquitetônico. Além disso, investir na preservação e na adaptação de estruturas preexistentes às necessidades do presente é, antes de tudo, uma atitude sustentável (VELOSO, 2014), sobretudo em um contexto de crescente escassez de recursos de diferentes naturezas.

Analisando a evolução da intervenção arquitetônica no patrimônio edificado, ao longo do século XX até os anos 1980, a partir da relação entre novas e antigas arquiteturas, Solà-Morales Rubió (2006), visualizou uma mudança gradual da postura moderna de intervenções pelo contraste, que distinguem nitidamente as intervenções novas das antigas (o que remota ao final do século XIX com Camilo Boitto), para uma prevalência atual de intervenções pautadas por processos analógicos que levam em conta o próprio edifício existente, sua materialidade física, espacial e geográfica. Para exemplificar essa nova postura, Rubió cita, por exemplo, a abordagem utilizada por Giorgio Grassi na restauração do castelo Abbiategrosso nos anos 1970, em que Grassi, baseando-se nos escritos de Annoni e na “mais refinada tradição da restauração”, percebeu que “a chave metodológica para a organização da intervenção se encontrava na própria arquitetura do edifício existente” (2006, p.259). O arquiteto faz uso de recursos como a análise tipológica para entendimento do preexistente e a correspondência dimensional, tipológica e figurativa para estabelecer relações entre as novas e as velhas partes. Outro exemplo citado é o projeto de Rafael Moneo para o Banco de España em Madrid (1980), em que o autor busca as linhas de intervenção no “estreito caminho definido pelas leis do próprio edifício, pela lógica de sua composição e pela organização existente da estrutura e do espaço”. Como resultado, tem-se que a nova edificação completa a preexistente ao mesmo tempo em que “apaga ao máximo os sinais da intervenção [...]”. Nesse caso, a analogia é tênue, quase imperceptível [...]”. (RUBIÓ, 2006, p.260).

Já Tiesdell, Oc e Heath (1996) sugerem formas de inserção de novos elementos em áreas consolidadas de valor patrimonial, a partir da relação do novo com o contexto preexistente, retomando os conceitos de “justaposição contextual” (contraste) e “uniformidade contextual” (mimetismo), inicialmente propostos por Richard Rogers, e acrescentando a eles uma postura intermediária que seria a “continuidade contextual” (reinterpretação de elementos do passado). De Gracia (1992) defende uma “arquitetura contextual” como a maneira mais adequada de “construir em lo construído”⁴, o que só reforça o já assinalado por Rubió como uma tendência dominante das

⁴ Segundo De Gracia (1992), na proposição de novas formas podem ser distinguidas sete atitudes frente contexto preexistente: Arquitetura Descontextualizada; Arquitetura de Constratação; Arquitetura Historicista; Arquitetura Folclórica; Arquitetura de Base Tipológica; Arquitetura do Fragmento; e Arquitetura Contextual.

ENCONTRO INTERNACIONAL

ARQUI MEMÓRIA 5

SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

Salvador · Bahia · Brasil, de 27/11 à 01/12 de 2017

intervenções contemporâneas no patrimônio. Andrade Junior (2006) observa que na arquitetura do século XX

[...] intervir projetualmente em contextos históricos significa se dividir – não necessariamente de forma equilibrada – entre a construção de relações miméticas com as preexistências e a realização de uma arquitetura absolutamente atual, que se utilize de materiais, técnicas construtivas e linguagens contemporâneas, correspondendo ao *Zeitgeist*, isto é, aos valores estéticos e culturais dos nossos tempos. Em outras palavras, significa atuar entre subordinar-se à preexistência e confrontá-la. [...]. (ANDRADE JUNIOR, 2006, pp. 221-222).

As cinco abordagens de diálogo com as preexistências identificadas pelo autor situam-se entre as referidas posições extremas, a que ele chama Arquitetura de Contraste Radical – quando a nova arquitetura contrastar com o entorno a ponto de romper com a paisagem – e a Arquitetura do Pastiche – quando o mimetismo é levado às últimas consequências, configurando-se uma repetição literal das preexistências edilícias a ponto de comprometer a distinguibilidade do novo com o antigo. São elas: arquitetura de contraste pela densidade, arquitetura de contraste no tratamento das superfícies, arquitetura contextualista, arquitetura de esquematização e arquitetura historicista. (ANDRADE JUNIOR, 2006).

A opção pela inserção de elementos miméticos, de contraste ou analogamente construídos com base em conceitos como tipo e tectônica, é, antes, de tudo uma escolha teórica e metodológica do projetista, exprimindo sua visão de mundo e do diálogo entre passado, presente, visando sua preservação para o futuro. E por isso é muito importante que essa fundamentação, quanto às diversas teorias e modos de intervenção, seja construída ou ao menos alicerçada no período de sua formação profissional.

A FORMAÇÃO DO ARQUITETO E A DIMENSÃO TECTÔNICA NO PROJETO

Neste item, discutimos o papel da formação do arquiteto para atuação qualificada no exercício de intervenção no patrimônio cultural, considerando o arcabouço teórico-conceitual referente às teorias tradicionais do restauro, assim como as teorias contemporâneas, com destaque para a dimensão tectônica no projeto.

O ensino de projeto aplicado ao patrimônio no atual contexto de mudanças tecnológicas, remete a dois aspectos fundamentais: 1) uma abordagem multidisciplinar, em que se contempla a prática projetual e os conhecimentos específicos sobre o patrimônio cultural, além de outras matérias, como a história da arquitetura e urbanismo, as teorias do restauro e da requalificação, e as tecnologias; 2) a inclusão de novas tecnologias da informação e da representação gráfica, como recurso de registro, diálogo e concepção projetual, que podem abranger instrumentos que favoreçam a leitura técnica do estado de conservação e preservação do imóvel, assim como recursos de reconstituição virtual e física – como a prototipagem rápida e a modelagem –, que favoreçam tanto o registro dos bens a preservar como a tomada de decisões projetuais. As especificidades de intervir no contexto das áreas consolidadas de patrimônio cultural sugerem um equilíbrio entre as demandas contemporâneas da graduação e a formação generalista do

ENCONTRO INTERNACIONAL

ARQUI MEMÓRIA 5

SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

Salvador · Bahia · Brasil, de 27/11 à 01/12 de 2017

profissional de arquitetura e urbanismo, previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos vigentes⁵.

A discussão referente ao ensino do projeto aplicado ao patrimônio cultural no Brasil é recente. Além dos encontros da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ABEA), o debate foi reacendido, em escala nacional, em 2003, no âmbito do Seminário Projetar, cuja quinta edição, realizada em Porto Alegre (2007), enfocou o patrimônio histórico edificado, com ênfase na preservação da arquitetura moderna.

Ali foram discutidas questões atuais e pertinentes tendo em vista a ampliação crescente deste campo de ação profissional e a necessidade de melhor capacitar os futuros arquitetos urbanistas para nele atuar, o que, a nosso ver, vai muito além de uma única disciplina prevista nos currículos dos cursos (Preservação e Técnicas Retrospectivas e suas diversas traduções locais – Intervenções em Sítios e Edifícios Históricos, Restauração, e outras) (SILVA; VELOSO, 2008).

Os conteúdos referentes à preservação do patrimônio urbano e arquitetônico foram incorporados aos currículos dos cursos de arquitetura e urbanismo no Brasil, a partir de 1996, após as discussões sobre a reestruturação curricular de 1994, quando a Portaria nº. 1770, de 21 de dezembro de 1994, do Ministério da Educação, fixou as diretrizes curriculares e o conteúdo mínimo dos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo, definindo a matéria de “Técnicas Retrospectivas” como conteúdo profissionalizante dos cursos, no Brasil, e incluindo nos seus conteúdos o estudo da conservação, restauro, reestruturação e reconstrução de edifícios e conjuntos urbanos, sendo estas determinações, posteriormente, incorporadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos mesmos cursos (02/2010). No Art. 5º dessas diretrizes são definidas algumas competências e habilidades para a formação profissional, dentre as quais destacamos: “as práticas projetuais e as soluções tecnológicas para a preservação, conservação, restauração, reconstrução, reabilitação e reutilização de edificações, conjuntos e cidades”. (BRASIL, 2006).

Contudo, conforme observa Schicchi (2007), o perfil generalista da formação de arquiteto urbanista no país e a autonomia das escolas para definirem os seus conteúdos de acordo com as características regionais de suas situações sociais e geográficas, resultam em consideráveis diferenças no que concerne à carga horária, métodos e conteúdos específicos.

Conforme as Diretrizes Curriculares o projeto pedagógico dos cursos devem incluir a concepção e composição das atividades complementares, entre as quais podemos destacar a, capacidade de

[...] compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação à concepção, à organização e à construção do espaço interior e exterior, abrangendo o urbanismo, a edificação, o paisagismo, bem como a conservação e a valorização do patrimônio construído, a proteção do equilíbrio do ambiente natural e a utilização racional dos recursos disponíveis (BRASIL, 2010).

Entre os princípios a serem estabelecidos pelos cursos com respeito à matéria, é ressaltada a valorização e a responsabilidade coletiva sobre a preservação e conservação do patrimônio

⁵ Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de arquitetura e urbanismo estão contidas na Resolução CNE/CES nº 6 de 02 de fevereiro de 2006, hoje, substituída pela Resolução nº 2, de 17 de junho de 2010, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

ENCONTRO INTERNACIONAL

ARQUI MEMÓRIA 5

SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

Salvador · Bahia · Brasil, de 27/11 à 01/12 de 2017

cultural edificado. No que diz respeito ao perfil do egresso, espera-se a capacidade crítica para atuar na conservação e na valorização desse patrimônio. Como meios para desenvolver as competências e as habilidades dos estudantes, destacam-se os exercícios práticos de planejamento e projeto voltados para a preservação, conservação, restauração, reconstrução, reabilitação e reutilização de edificações, conjuntos e cidades.

A distribuição dos conteúdos curriculares dos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo é um outro aspecto importante. Atualmente, é dividido em um Núcleo de Conhecimentos de Fundamentação, um Núcleo de Conhecimentos Profissionais, e um Trabalho de Curso, além do estágio supervisionado (também atividade obrigatória). Nesse contexto, os conteúdos de projeto aplicados ao patrimônio cultural podem ser encontrados em disciplinas e atividades de naturezas distintas, como em atividades práticas e teóricas, individuais ou coletivas. Segundo Silva (2012), nos planos de curso de componentes curriculares ligados à matéria são encontrados os conteúdos de projeto e patrimônio trabalhados no ensino pelos cursos, em geral, em aulas teóricas, em atividades práticas de ateliê, em visitas a canteiros de obras e em viagens de estudo (para o conhecimento de obras arquitetônicas, de conjuntos históricos, de cidades e regiões). Em síntese, as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de arquitetura e urbanismo reafirmam conteúdos de patrimônio e sugerem atividades extraclasse ligadas ao tema, mas, sobretudo, apontam para a aplicação destes conteúdos no projeto de arquitetura.

Ainda segundo Silva (2012), grande parte das disciplinas obrigatórias de projeto aplicadas ao patrimônio cultural nas estruturas curriculares dos cursos de arquitetura e urbanismo das IES no Brasil encontra-se na segunda metade da graduação – entre o 5º e o 9º períodos –, sugerindo que a matéria tem sido considerada complexa, já que é ofertada nos períodos mais avançados dos cursos, quando os estudantes já apresentam conhecimentos, competências e habilidades prévios, adquiridos em outros componentes curriculares. Ou seja, em geral, os estudantes confrontados com a problemática do projeto aplicado ao patrimônio cultural são aqueles que já passaram por disciplinas em diversas áreas do curso. Conforme o autor, o ensino de projeto em ACPC demanda conhecimentos relacionados com:

- a) A Estética, a História das Artes, a História e a Teoria da Arquitetura e Urbanismo. Com respeito a esta última área do conhecimento, é recorrente abordar o assunto desde a história antiga, passando pela origem da cidade à cidade renascentista – século XV ao século XVIII – e ao ambiente construído do Brasil Colonial e pela cidade Industrial, o ecletismo arquitetônico e os movimentos de renovação estilística. É, ainda, estudado o rebatimento desse processo no Brasil, a consolidação e revisão inicial do modernismo na arquitetura – 1920 a 1960 –, às primeiras atitudes ditas pós-modernas e a arquitetura contemporânea – das décadas de 1970 até os dias de hoje.
- b) As questões conceituais (patrimônio cultural e monumentos) e as teorias da intervenção (preservação, conservação, restauração, reconstrução, reabilitação e reutilização de edificações, conjuntos e cidades) e do projeto (a concepção e as metodologias do projeto de arquitetura e urbanismo).
- c) As tecnologias (recomendações nacionais e internacionais que dizem respeito a intervenções em monumentos e sítios históricos, fundamentação teórico-metodológica para intervenção em sítio histórico e história da arquitetura e urbanismo, bem como práticas, técnicas e sistemas construtivos adotados em diversas épocas, inclusive contemporâneas).
- d) Os sistemas estruturais e o domínio da concepção e do projeto estrutural (fundamentados nos estudos de resistência dos materiais, estabilidade das construções e fundações).
- e) O desenho e meios de representação e expressão (o desenho e o domínio da

geometria, de suas aplicações e de outros meios de expressão e representação, tais como perspectiva, modelagem, maquetes, modelos e imagens virtuais, além de fotogrametria e fotointerpretação). (SILVA, 2012, p.253).

Espera-se que o estudante seja confrontado com o problema do projeto em áreas e conjuntos edificados de valor patrimonial depois de adquirir a maior parte das competências e habilidades previstas nas Diretrizes. Isso significa dizer que o discente deve estar apto para desenvolver avaliações críticas de problemas de arquitetura e de ter alguma experiência projetual, a fim de trabalhar com as questões patrimoniais. Em síntese, o embasamento esperado para o estudante aprender a projetar nesse campo está fundamentado em três pilares: a história (arquitetura e urbanismo); a teoria (restauro, requalificação, revitalização, reabilitação); e a técnica (retrospectivas e contemporâneas), conforme ilustra o esquema a seguir (Figura 01).

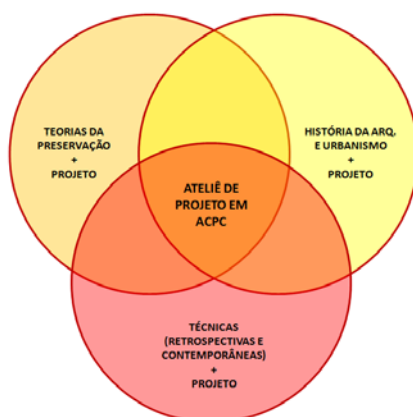


Figura 01 – Esquema do Ateliê de projeto em ACPC: conteúdos básicos
 Fonte: Dados da pesquisa. SILVA, H. de A. 2012.

Trata-se, portanto, de uma relação (projeto/patrimônio) complexa e multidisciplinar, visto que demanda capacidade de síntese e articulação de variáveis em diferentes formatos e naturezas, além de habilidades e criatividade para abstrair e expressar valores e significados importantes nesse tipo de projeto. Por fim, Silva (2012) identifica, basicamente, dois modelos de abordagem dos conteúdos do patrimônio cultural nas estruturas curriculares dos cursos de arquitetura no Brasil. Quando aparecem em componentes curriculares teóricos (em geral, ligadas às teorias e histórias da arquitetura), podendo o exercício projetual ser ou não tratado em componentes de projeto que, por ventura, escolham temáticas ligadas ao patrimônio cultural. Quando assumem o ateliê de projeto como espaço oficial de síntese e aplicação das questões voltadas para o problema do patrimônio cultural, integrando, assim, os conteúdos teóricos do patrimônio cultural com a prática do projeto de forma mais clara.

Deve-se destacar também o papel da disciplina de Técnicas Retrospectivas, representante das primeiras iniciativas de ensino de patrimônio, na qual deve ser enfatizado o conhecimento de materiais e técnicas construtivas do passado para embasar as intervenções de restauro, o que algumas vezes não acontece nos cursos principalmente por falta de professores especializados, com a competência técnica necessária para ministrar os conteúdos pertinentes. Em muitos cursos, ela é a única disciplina voltada para o patrimônio e, evidentemente, não pode dar conta da carga teórica e técnica necessária ao seu bom funcionamento, o que representa mais uma lacuna na formação profissional. Em outras situações, o principal problema enfrentado é a dissociação

ENCONTRO INTERNACIONAL

ARQUI MEMÓRIA 5

SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

Salvador · Bahia · Brasil, de 27/11 à 01/12 de 2017

entre Técnicas Retrospectivas, as disciplinas de Teoria e História e a atividade projetual em ateliê. O ideal, então, seria a integração desses três eixos e seu rebatimento articulado no exercício projetual em ateliê, ampliando a noção de técnica para a noção de tectônica. Nele seriam também articuladas as diversas escalas de intervenção (urbana, territorial, lugar, edificação).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões aqui apresentadas traduzem um desafio implícito na busca por novos modos de preservação, que não apenas reflitam os de caráteres eminentemente protecionistas, restritivos e contextualistas das teorias, mas incorporem a arquitetura de qualidade como aspecto propulsor da qualificação do espaço arquitetônico e urbanístico a ser preservado. Tratam-se de princípios que precisam abranger o âmbito da formação profissional, assim como o seu exercício, tanto no campo daqueles que projetam, como daqueles que regulam – fiscalizando e, inclusive, legislando –, ocupando as instituições responsáveis pela salvaguarda do patrimônio edificado nacional.

Considerando a prevalente cultura do “novo” – que, de certo modo, ameaça o que existe e tem valor de patrimônio cultural –, o desenvolvimento de competências e habilidades, bem como a introdução de novos conhecimentos e valores na formação do arquiteto e urbanista, são prementes, diante da dinâmica socioeconômica brasileira, cada vez mais devastadora e ameaçadora dos nossos patrimônios. Aqui, defendemos uma nova abordagem sobre intervenção em áreas consolidadas de patrimônio cultural. Trata-se de incorporar novas estratégias que assumam o potencial protagonismo da arquitetura contemporânea de qualidade como recurso capaz de contribuir com a conservação e preservação do patrimônio cultural, hoje contemporâneo, amanhã referência de um tempo e lugar. É válido lembrar que, em sendo a formação superior generalista, a graduação em arquitetura não forma especialistas em restauro. Desse modo, a inserção de novas arquiteturas, que assumem a sua contemporaneidade e tectonicidade, pode contribuir para a preservação do preexistente, quando integradas ao seu contexto. Esta é uma prática que deve ser, portanto, exercitada na formação profissional, fomentando práticas de construção de cidades que expressem o diálogo do novo com o antigo.

Essa nova abordagem pode assumir, por meio de uma linguagem tectônica contemporânea sensível aos valores do bem cultural, o enfoque de salvaguarda, assim como pode incluir o sentido do bem de valor patrimonial como um representante ao mesmo tempo do passado, presente e futuro; do global, nacional e local. Para tanto, por vezes, é preciso esquecer para (re)construir um novo significado, e também, como sugeriu Marques (1993), valer-se da amnésia para encontrar a memória.

REFERÊNCIAS:

ANDRADE JUNIOR, N. V. de. 2006. *Metamorfose Arquitetônica: intervenções projetuais contemporâneas sobre o patrimônio edificado. Dissertação (mestrado)*. UFBA: Faculdade de Arquitetura. Salvador.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução Nº 2, de 17 de Junho de 2010. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, alterando dispositivos da Resolução CNE/CES nº 6/2006.. *Diário Oficial da União* de 18/06/2010, Seção 1, pp. 37-38.

ENCONTRO INTERNACIONAL

ARQUI MEMÓRIA 5

SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

Salvador · Bahia · Brasil, de 27/11 à 01/12 de 2017

CARSALADE, F. de L. 2010. Área Central: um olhar a partir do patrimônio cultural. In: *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 16, n. 2, p. 79-92.

CASTRIOTA, L. B. 2007. *Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas*. Fórum Patrimônio: ambiente construído e patrimônio sustentável. Belo Horizonte, v.1, n.1, set. /dez.

CHOAY, F. 2001. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade: Editora Unesp.

CHOAY, F. 2009. *Le patrimoine en questions: anthologie pour un combat*. Paris: La couleur des idées: Éditions du Seuil.

DE GRACIA, F. 1992. *Construir en lo construído: La arquitectura como modificación*. Madrid: NEREA.

DVOŘÁK, M. 2008. *Catecismo da preservação de monumentos (1874-1921)*. São Paulo: Ateliê Editorial.

FRAMPTON, K. Rappel à l'ordre: argumento em favor da tectônica. In: NESBITT, K. 2006. *Uma nova agenda para a arquitetura*. Antologia teórica 1965-1995. São Paulo: Cosac Naify.

FRASCARI, M. O detalhe narrativo. In: NESBITT, K. 2006. *Uma nova agenda para a arquitetura*. Antologia teórica 1965-1995. São Paulo: Cosac Naify.

GERMANN, G. 2009. *Aux origines du patrimoine bâti*. France: Infolio éditions, CH.

GREGOTTI, V. O exercício do detalhes. In: NESBITT, K. 2006. *Uma nova agenda para a arquitetura*. Antologia teórica 1965-1995. São Paulo: Cosac Naify.

LAGUNES, M. M. La restauración después de Cesare Brandi. In: Gomes, M. A.; Corrêa, E. (org.). 2011. *Reconceituações contemporâneas do Patrimônio*. Coleção ArquiMemória. Salvador: EDUFBA.

LECUYER, A. 2002. *Tectónica Radical*. Hondarribia: Editorial NEREA.

MARQUES, S. 1993. A negociação com o tempo como um ato de amor. *Pasárgada*. Revista da Casa de Manuel Bandeira. Recife: FUNDARPE. pp.14-17.

NESBITT, K. 2006. *Uma nova agenda para a arquitetura*. Antologia teórica 1965-1995. São Paulo: Cosac Naify.

PANERAI, P. 2006. *Análise urbana*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

PEREIRA, H. Tendências contemporâneas na teoria da restauração. In: Gomes, M. A.; Corrêa, E. (org.). 2011. *Reconceituações contemporâneas do Patrimônio*. Coleção ArquiMemória. Salvador: EDUFBA.

RUBIÓ, I. S. M. Do contraste à analogia: novos desdobramentos do conceito de intervenção arquitetônica. In: NESBITT, K. 2006. *Uma nova agenda para a arquitetura*. Antologia teórica 1965-1995. São Paulo: Cosac Naify.

SCHICCHI, M. C. 2007. Ensino de Projeto e Preservação: reflexões e práticas didáticas. In: III Seminário Projetar. 2007. Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Projetar 2007. CD-ROM.

SILVA, H. A. 2012. Projeto em Áreas Consolidadas de Patrimônio Cultural: propostas para a construção de uma metodologia de ensino. 392 f. Tese (*Doutorado*). UFRN. Natal.

ENCONTRO INTERNACIONAL

ARQUI MEMÓRIA 5

SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

Salvador · Bahia · Brasil, de 27/11 à 01/12 de 2017

SILVA, H.A.; VELOSO, M. 2008. *O Patrimônio Histórico em Contexto de Integração Curricular: uma experiência de ensino de projeto arquitetônico e urbanístico em ambientes históricos*. João Pessoa, Encontro Nacional sobre Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ENSEA).

TIESDELL, S.; OC, T.; HEATH, T. 1996. *Revitalizing Historic Urban Quarters*. Oxford: Architectural Press.

VELOSO, M. 2012. Projeto, Memória e Sustentabilidade: intervenção em conjuntos edificados de valor patrimonial como instrumento de preservação da memória e de sustentabilidade socioambiental. In: II ENANPARQ - II Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Natal/RN. *Anais do II ENANPARQ*. Natal: UFRN.